



Contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo

Entre, o **Município de Vila do Porto**, com sede no Largo Nossa Senhora da Conceição e com o NIF 512 063 770, representado no ato por **Carlos Henrique Lopes Rodrigues, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto**, adiante designado como primeiro outorgante, e **Rui Jorge Parece Batista, Presidente do Clube Naval de Santa Maria**, NIF 512 023 972 sede no Cais de Vila do Porto, 9580-000 Vila do Porto adiante designado como segundo outorgante, é celebrado, ao abrigo do artigo 8º das Normas de Apoio á Atividade Desportiva, adiante abreviadas como NAAD, aprovadas em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, um contrato-programa de Apoio á Atividade Desportiva, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.ª

Objeto do contrato

1-O presente contrato-programa tem como objeto regular o processo de atribuição do apoio financeiro ao 2.º outorgante, de acordo com o articulado nas NAAD, de forma a que o mesmo possa concretizar o seu Plano de Atividades.

Cláusula 2.ª

Comparticipação do município de Vila do Porto

1-Para a prossecução dos objetivos definidos na cláusula anterior e ao abrigo das NAAD, alínea f) do artigo 19.º, o Município de Vila do Porto concede um apoio, previsível, **de 17.500 € (dezassete mil e quinhentos euros)**.

2-O apoio é atribuído em duas tranches, sendo a primeira, no valor de 80% (**catorze mil euros**), após a assinatura do contrato- programa e a segunda, no valor de 20% (**três mil e quinhentos euros**), após receção do Relatório de Atividade.

3-Se da análise do relatório se verificarem alterações relativamente à Atividade Planeada e à Atividade Realizada serão efetuados os respetivos acertos financeiros na atribuição da 2.ª tranche.

3.1-Caso os 20% da segunda tranche não sejam suficientes para englobar os acertos a efetuar por incumprimento, no ano seguinte proceder-se-á ao respetivo desconto.

Cláusula 3ª

Deveres do Clube

1-Para cumprimento do presente contrato-programa constitui dever do Clube realizar a atividade apresentada no respetivo Plano;

2-Entregar o Relatório de Atividade, tendo como prazo limite o último dia útil do mês de Novembro de 2017;



3-Constitui motivo de anulação do contrato as falsas declarações, que implicam, para além do procedimento criminal e da perda de direito ao apoio financeiro correspondente, a imediata reposição das quantias indevidamente recebidas.

Cláusula 4.ª

Acompanhamento e controlo da execução do contrato-programa

O acompanhamento e controlo da execução do contrato-programa serão exercidos pelo Vice-Presidente e Vereador, respetivamente com os pelouros do Turismo e do Desporto e ainda e pelo Técnico Superior da Área do Desporto com contrato de prestação de serviço com o Município durante o corrente ano.

Cláusula 5.ª

Resolução de casos omissos

Em tudo o que for omissos o presente documento serão observadas as NAAD e, em caso necessário, serão submetidas a reunião de Câmara para decisão.

Cláusula 6.ª

Período de vigência do contrato

O presente contrato-programa é válido desde a data da sua assinatura, produzindo efeitos até 31 de Dezembro de 2017.

Celebrado nos Paços do Concelho, 17 de Fevereiro de 2017.

O Primeiro Outorgante

Carlos Henrique Lopes Rodrigues

O Segundo Outorgante

Rui Jorge Parece Batista